

TENDÊNCIAS SISTÊMICAS VIGENTES E MOVIMENTOS ANTI-SISTÊMICOS¹

Pablo González CASANOVA²

“O povo americano precisa saber que não é ele mas as políticas de seu governo que são tão odiadas.” (Arundhati Roy, *The Guardian*, Londres, 29 de setembro de 2001)

- **RESUMO:** Este artigo procura trabalhar o neoliberalismo e a hegemonia americana como elementos de uma tendência sistêmica que, depois dos atentados de setembro de 2001, pretende redefinir a ordem internacional a partir da perspectiva de uma guerra total contra o terrorismo. Para o autor, tal definição estratégica está tendo forte impacto em todos os movimentos sociais que procuram questionar a ordem econômica contemporânea, já que a lógica de potência imperial adotada pelos EUA vem considerando-os, indiscriminadamente, como aliados do terrorismo. O artigo mostra também as mudanças que vêm se efetivando no âmbito dos movimentos anti-sistêmicos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; tendências sistêmicas; movimentos anti-sistêmicos; democracia; socialismo.

A guerra de 2001 e as alternativas anti-sistêmicas

O curso e o discurso da dialética das alternativas terão que captar as facetas emergentes de um sistema persistente, que se recusa a morrer e que não está disposto a fazer nenhuma concessão em sua política, cada vez mais injusta, liberalizante, excludente e agressiva.

¹ Traduzido do inglês por Flora Medeiros Lahuerta.

² Professor emérito da Universidade Autónoma do México - UNAM.

As alternativas apresentadas a partir de 2001 mostram-se diferentes daquelas do século XX. Atualmente, os EUA estão liderando uma suposta guerra contra o terrorismo, sem resolver nenhum dos dois principais problemas que criam o terrorismo: primeiro, a existência de “grupos paramilitares”, bem como de “guerras sujas”, “guerras informais” e “guerras de baixa intensidade” a serviço de complexos militares repressivos e, segundo, a pobreza e a exploração produzidas pela globalização da política neoliberal.

Em vez de destruir os aparatos paramilitares das guerras de baixa intensidade e colocar em pauta a necessidade de um novo pacto social, as forças dominantes declararam uma guerra mundial ao que arbitrariamente se definiu como terrorismo, cujas principais vítimas serão os pobres. Se o Encontro Intercontinental, organizado pelos zapatistas, em agosto de 1997, convocou uma luta “Contra o neoliberalismo e pela humanidade”, o G7, liderado pelos EUA, declarou o que parece ser uma “Guerra pelo neoliberalismo e contra a humanidade” (PRIMEIRO ENCONTRO..., 2001). Isso não é um exagero. Conforme declarou Noam Chomsky: “Este novo tipo de guerra é um ataque contra os pobres e oprimidos do mundo” (CASON; BROOKS, 2001), o que inclui o povo pobre e oprimido tanto dos países periféricos quanto dos centrais.

A grande guerra em curso certamente não é conjuntural e pode constituir o fim e o começo de um longo processo histórico. Este foi desencadeado pelo ataque dos ciberterroristas às torres gêmeas e ao Pentágono. Michel Chossudovsky (2001a) formulou a hipótese de o “ataque terrorista” ser um golpe fabricado, no qual terroristas armados e treinados pelos EUA e pela Inglaterra, ainda que acusados de traírem seus financiadores, seguem obedecendo-lhes. Pode ser. Novos fatos, vindos do governo da Índia, parecem confirmar o que está longe de ser uma “idiota hipótese conspiratória” (CHOSSUDOVSKY, 2001b). Mas todas as análises sérias também incluem como atores significantes alguns “desesperados” cheios de “raiva fria”, que não atacam os símbolos americanos de liberdade e democracia

mas exatamente o oposto, os antecedentes do governo americano de compromisso e suporte ao terrorismo militar e econômico, a desestabilização, a insurgência, as ditaduras militares, o fanatismo religioso e os genocídios inimagináveis que ocorrem fora dos domínios americanos. (ROY, 2001, p.15)

Por causa de seus efeitos colaterais, a “nova guerra” pode ser interpretada como um meio de lidar com a crise econômica atual, bem como a propagação de uma política que perdeu sua legitimidade e que recorre

à guerra como tentativa de sufocar os movimentos alternativos e seus defensores, dentro e fora dos EUA (VAN CREVELD, 1991; NAVARRO, 2001). Ainda, pode-se interpretar a guerra como parte de uma estratégia de ataque às organizações civis e políticas, que lutam pela democracia e contra o neoliberalismo no mundo todo. Sendo um projeto imediato defensivo e ofensivo, a nova guerra parece fazer parte de um projeto maior, interno e internacional, de formação de um império mundial, no qual os EUA cada vez mais fazem o papel do soberano. De qualquer forma, a Quarta Guerra Mundial nos força a reformular a questão das alternativas ao sistema dominante e suas políticas.

As alternativas mudaram e ainda irão mudar. Na história recente, os movimentos sociais expandiram tanto sua demanda quanto sua rede de ligações; seu inimigo foi redefinido e ele hoje exige a redefinição das alternativas, a partir do momento em que declara uma “guerra mundial de baixa intensidade” cujos “efeitos colaterais” atingem diretamente organizações civis e políticas que lutam pela democracia e contra o neoliberalismo. Ambos os fatos, tanto a redefinição dos movimentos sociais quanto a redefinição do Estado dominante e seus aliados, devem ser considerados ao se examinarem as estratégias apresentadas pelos novos movimentos sociais anti-sistêmicos.

Como os movimentos sociais emergentes têm mudado

Do “Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo”, organizado em 1996 pelos zapatistas, até o “Outro Davos” (1999), passando por Seattle (1999), Porto Alegre (2000) e Gênova (2001), as organizações e os protestos de massa contra as políticas neoliberais e a globalização adquiriram uma força crescente. Os governos neoliberais vêm sofrendo uma perda de legitimidade cada vez maior, o que vem tornando quase impossível que os chefes de Estado e os dirigentes do Banco Mundial, do FMI, da OMC e do Grupo dos 7/8 participem de reuniões conjuntas multilaterais. Não apenas os sistemas políticos e os chefes de Estado das nações periféricas mas também líderes mais poderosos envolveram-se em episódios de corrupção ou em escândalos pessoais, perdendo sua legitimidade como indivíduos e como líderes. O problema da falta de governança colocou-se “na ordem do dia”. As forças conservadoras sempre expressaram sua preocupação sobre a inabilidade dos chefes de Estado em impedir a desordem e as manifestações.

Se os movimentos alternativos tornaram-se radicalizados, as forças conservadoras também o fizeram.

Além das manifestações organizadas contra o neoliberalismo e suas políticas, um novo projeto democrático, reunindo pessoas do mundo inteiro, com uma posição cada vez mais anticapitalista, também começa a crescer. A "Marcha européia", que partiu de Amsterdã (1997), as manifestações de união comercial e organizações sociais em Belo Horizonte (1997), o "Segundo Encontro pela Humanidade" em Barcelona (1997), a "Conferência do Povo" em Gênova (1998), a "Cúpula do Povo" em Santiago do Chile (1998), o encontro de ativistas de trinta países em Paris (1998), o dia da "Ação Global" em Gênova (1998), a "Conferência de Ação Global" em Bangalore (1999), o "Grito dos Excluídos" em diversos países latino-americanos (1999), a "Cúpula Popular contra a Dívida Externa" em Johannesburgo (1999), a "Cúpula da União Comercial" em Montevidéu (1999), o "Terceiro Encontro pela Humanidade" em Belém (1999), os protestos de massa de americanos em Washington (2000), o "1º de Maio" de 2000, pelo mundo todo, as manifestações dos "macacos brancos" em Bolonha, a "Cúpula Alternativa" em Gênova, as mobilizações japonesas em Okinawa, o "Segundo Encontro das Confederações da União do Comércio" em Brasília, o "Encontro do Milênio" em Nova York, a "Marcha Mundial das Mulheres" contra o Banco Mundial em Washington, as mobilizações e protestos em Nice, Dakar e Florianópolis, todos no ano 2000, e o ápice, em Gênova (onde presidentes e outros chefes de Estado das nações mais poderosas do mundo jantaram em seu quarto de hotel por razões de segurança), são sintomas de um mundo desiludido que não está mais disposto a tolerar a atual situação (CRO-NOLOGÍA..., 2001).

Os movimentos sociais e as organizações políticas que protestaram pacificamente viram como foram perturbados por grupos radicais e *políciais infiltrados, disfarçados de manifestantes*. Grupos radicais começaram a ocupar a cena e seu discurso antiautoritarismo acabou revelando seu próprio autoritarismo e a capacidade de violência de ambos, a massa e o Estado. A "versão metropolitana da guerra de baixa intensidade" mobilizou milhares de *carabinieri* e *polizia montata* (ALBERTANI, 2002). Trinta mil dos trezentos mil manifestantes participaram de atos de violência. O cenário em Gênova confirmava a inevitável dialética entre "desesperados" e forças da ação cívica. E também confirmou a maneira como as forças dominantes se comportam diante da perda de seu poder hegemônico. Conhecidos "agentes provocadores" serviram para impedir o diálogo e desmobilizaram cidadãos e pessoas. Eles também serviram para justificar a repressão contra os movimentos sociais.

As classes dominantes provaram temer os movimentos sociais mais do que qualquer ato terrorista. E elas os temem mais porque os movimentos sociais não pressionam apenas a periferia, mas também o centro do mundo; porque eles não somente envolvem os mais pobres dos pobres, mas também estudantes, trabalhadores organizados, empregados e setores de classe média que se sentem enganados e abusados, desajustados e empobrecidos pela política neoliberal e pela “democracia que não é uma democracia”. Muitos movimentos deram um grande passo à frente; eles não apenas aprenderam com os marxistas que o capitalismo existe, eles aprenderam sobre isso com o próprio capitalismo, que está começando a dominar abertamente o cenário mundial.

O “Outro Davos” foi um chamado para a mudança do curso da história. Foi um chamado para a luta pela economia a serviço do povo, um brado que exortou as pessoas do mundo a romper a barreira entre o Norte e o Sul, a transformar a dignidade em poder, a rejeitar o poder do dinheiro, a democratizar o Estado e a aumentar a esperança das nações (HOUTART; POLET, 2000).

Na Declaração de Praga, em 28 de setembro de 2000, *o projeto socialista foi proposto mais uma vez sem ser nomeado como tal*: “Faz-se necessária uma revolução na economia, que irá devolver o poder ao povo que vive fora dela”. A declaração também afirma ser necessário “colocar a economia a serviço do povo” e “que os ricos e poderosos deixem de dirigir a economia” (DOCUMENTOS..., 2001). A memória amarga da falência do socialismo não obscureceu o fato de os estragos causados pelo capitalismo serem enormes. Em seu relatório de 2000, o próprio Banco Mundial confessou que “a transição econômica da União Soviética e da Europa do Leste resultou num grande aumento da pobreza na região” (CHANDRA, 2001). Como sempre, o Banco Mundial descreveu os males causados pela política que continua promovendo.

As propostas dos movimentos sociais focaram-se na batalha contra o neoliberalismo, com críticas que apontam na direção de uma alternativa não-sistêmica. O movimento internacional “Attack” pelo controle dos mercados financeiros e suas instituições não apenas propôs uma taxa para a especulação financeira, mas também a eliminação dos “paraísos fiscais”. Ao mesmo tempo, o “Attack” propôs medidas extremamente atrativas para as vítimas que integram o movimento anti-sistêmico. Essas medidas incluem a necessidade de uma democracia no próprio setor financeiro e na administração de organizações internacionais, a defesa da soberania das nações em relação ao chamado pós-colonialismo e a criação de uma *esfera democrática mundial*.

O encontro de agricultores em Bangalore, Índia, não apenas criticou o “modelo econômico” mas também a “ordem econômica” e pediu a reafirmação dos processos democráticos, começando pelas próprias organizações populares.

O sentido de mudança ideológica continuou na Cúpula das Mulheres em Beijing. As mulheres criticaram o “capitalismo neoliberal” usando este adjetivo para moderar sua crítica. Elas também criticaram a “democracia liberal” com um adjetivo que especificou o tipo de democracia que criticavam, distinguindo-a do tipo de democracia que querem ter. As mulheres também expressaram, no encontro, sua rejeição pelo “capitalismo atual e o patriarcalismo” e não reduziram sua batalha à luta de classes, mas enriqueceram-na com a luta de gênero.

Em Gênova, todas as bandeiras de protesto foram erguidas furiosamente. Muitas foram exasperadas pela cegueira e surdez das classes dominantes. Estas criaram uma cena para serem ouvidas e encenaram revoltas e insultos, ameaçando os atos *anti-establishment*. Um fenômeno esquecido dobrou seu caminho entre a multidão e ocupou o centro da cena. Agentes provocadores estavam plantados entre os manifestantes genuinamente desesperados. E outra morte foi adicionada à lista daqueles engajados na luta por um mundo melhor.

Logo em seguida, o mundo testemunhou o monstruoso ataque terrorista contra as torres gêmeas de Nova York e o Pentágono, em Washington. Os envolvidos no atentado seguiram o grito de guerra dos norte-americanos que, nas batalhas travadas com os indígenas, quando percebiam que estavam prestes a serem destruídos, bradavam: “*Kill and be killed*”. Exceto que dessa vez o grito de guerra foi urrado por um grupo de terroristas ligados aos agentes da CIA e ao “mundo islâmico fundamentalista”. Esse ato monstruoso engatilhou uma não menos monstruosa resposta: a permanente guerra mundial contra o terrorismo liderada pelo governo dos EUA. A deflagração dessa guerra mudou substancialmente a luta por uma alternativa democrática, socialista. E chamou a atenção para a necessidade de mudança na luta e para a reafirmação dos caminhos que deveriam levar à democracia, à justiça e à liberdade, sob as novas condições.

Os principais estágios de mudança

É uma longa história. O que aconteceu em 2001 levou pelo menos três décadas de preparação. O neoliberalismo mudou desde 1970 e, por

volta de 2001, o G1 (o complexo militar, político e econômico dos EUA) “havia dado a volta ao mundo uma vez e meia”.

A globalização do neoliberalismo tem suas origens na década de 1970. Como Wallerstein (2000) mostrou, no fim da década de 1960 e início da de 1970, “os lucros da produção aumentaram consideravelmente” e a fase depressiva do ciclo de Kondratiev começou. O neoliberalismo emergiu como uma resposta às crescentes contradições do socialismo real e também aos poderosos ataques liderados por trabalhadores organizados nos países centrais. O bloco soviético começou a apoiar guerras por independência e lutas na África. Com Salvador Allende, a esquerda iniciou um projeto socialista no Chile. Os *sheiks* e os países produtores de petróleo afetaram seriamente diversos membros do G7. Se o neoliberalismo foi uma resposta das classes dominantes aos menores lucros e à crise econômica que explodiu em 1973, ele também foi uma política que as classes dominantes organizaram a partir do complexo industrial-político-militar dos EUA e do Grupo dos Sete. Com suas redes de poder e com a acumulação de forças que haviam conquistado, as classes dominantes impuseram uma série de concessões sociais e nacionais durante o primeiro estágio do neoliberalismo.

O capital corporativo e seu complexo político, militar e ideológico armou a ofensiva em 1973. Os EUA não somente eliminaram o padrão ouro e aumentaram consideravelmente seu poder financeiro à custa de seus associados, mas também lideraram o novo projeto da globalização neoliberal.

Durante este primeiro estágio de 1973 a 1980, o neoliberalismo desgastou a resistência dos trabalhadores e dos Estados-nação (SADER, 2001). Isso acabou, ou ajudou a acabar, com as greves, com os regimes populistas, nacionalistas e comunistas, com as social-democracias e, acima de tudo, com o bloco soviético, que já havia sido erodido pela corrupção e pelo totalitarismo dogmático, e muitos de seus líderes estavam ansiosos pela volta do capitalismo. No Chile, o general Augusto Pinochet, apoiado pelos EUA e pela oligarquia chilena em 1973, combateu o governo socialista, tornando-se o pioneiro nas mudanças estruturais neoliberais que foram implantadas pelo mundo afora. A política neoliberal, adotada no Chile logo após um sangrento golpe de Estado, foi mais tarde ampliada para o resto do mundo, utilizando-se sempre da flexibilidade necessária a cada situação. Uma das maiores conquistas do neoliberalismo foi enfraquecer o setor público, particularmente no que diz respeito a seguros sociais e políticas de bem-estar social. Começando na periferia do mundo, as estratégias neoliberais organizaram governos

autoritários, com burocracias militares e civis, que serviram para maximizar o poder transnacional e os negócios. Durante essa mesma era, o G3 reforçou os laços de dependência dos governos do Terceiro Mundo com as grandes empresas. Essa política negociou aspectos das dívidas externas e internas desses países em troca de liberdade considerável para que os credores aumentassem as taxas de lucro como e quando quisessem. Ao mesmo tempo, o império americano redefiniu denunciou a incompetência e a corrupção dos governos populistas enquanto exaltou as vantagens do “livre-comércio” e do “mercado livre” de uma maneira que gradualmente se tornou uma crença universal, particularmente depois de todos os anos de corrupção e deterioração de governos nacionalistas, socialdemocratas, trabalhistas e comunistas. Corrupção e deterioração que foram mais tarde exacerbadas com as subseqüentes privatizações e desnacionalizações.

Durante o segundo estágio, correspondente à década de 1980, o neoliberalismo se tornou a ideologia dominante na América Latina e no resto do mundo, retratado como um fato sólido e científico, apoiado pelos centros financeiros e grandes poderes, defendido por economistas e publicitários, “administradores políticos” e “políticos modernos”. E aumentou as esperanças de um projeto de “democracia limitada” para combater o autoritarismo e a corrupção dos regimes comunistas ou populistas. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo continuou facilitando a dívida do Terceiro Mundo e incentivando a privatização do setor público. Privatização, desnacionalização e tráfico de drogas transformaram a corrupção tanto numa forma corriqueira de negociação quanto de exercício do poder. Mais que isso, o neoliberalismo legitimou essas decisões ao invocar “a única ciência”, sobre a qual dizia fundar-se, ecoando a crença de Margareth Thatcher, de que “não há alternativa” (*there is no alternative*). Ainda, a globalização do neoliberalismo impôs suas políticas de ajustes, liberalização e flexibilização não somente na periferia, mas também no centro do mundo. A estratégia do Primeiro Mundo foi primeiramente posta em prática pelo Partido Conservador Britânico. O neoliberalismo alcançou seu clímax com a queda do muro de Berlim e com a humilhante derrota do “socialismo real”.

O terceiro estágio, começando aproximadamente em 1993, viveu o início dos movimentos sociais que se opuseram ao neoliberalismo com um “novo projeto hegemônico” e um programa mínimo e rebelde de reforma que representava “a negação e a superação das estruturas neoliberais” (SADER, 2001, p.8). O “novo projeto hegemônico” organizou um show ameaçador na própria América. O “colapso” do “círculo da

Organização Mundial do Comércio” em Seattle foi o resultado de um movimento de massas norte-americano e internacional. Milhares de ecologistas, feministas, estudantes, ativistas em prol dos direitos humanos, unidos a organizações políticas, camponesas e operárias. O movimento pareceu ser uma nova frente americana de protestos radicais com vínculos anti-sistêmicos globais. Nada semelhante a isso havia ocorrido nos EUA em movimentos anteriores, nem mesmo durante as manifestações de massa contra a guerra do Vietnã. O projeto alternativo ganhava forças mesmo no centro dos “países do centro” (THOMAS, 2000; SEOANE; TADDEI, 2001).

Enquanto o projeto alternativo ganhava força no mundo e nos EUA, o complexo militar-industrial aumentava seu poder não apenas no Oriente Médio e na Europa central, mas também no mundo todo. Durante esse estágio, os EUA assumiram todos os papéis simbólicos do soberano. Isso expressou o desejo do país de não se comprometer com as leis das Nações Unidas nem com compromissos internacionais, juntamente com o direito de denunciar, prender, julgar e punir, fora de sua própria jurisdição, aqueles que considerasse culpados, em qualquer lugar do mundo, sem levar em conta se estes fossem chefes de Estado. Através dos satélites e das mais avançadas aeronaves, os EUA concederam a si mesmos o direito de espionar todos os territórios e de bombardear Estados-nação como o Iraque, cujo controle, enfraquecimento e punição foram considerados necessários. E esse direito autoconcedido de bombardear outros países se justificava com o julgamento de criminosos, particularmente aqueles acusados de tráfico de drogas, a começar por Noriega, presidente do Panamá, aprisionado após bombardeio intenso às vizinhanças da capital. Aqueles que pensaram que os EUA estavam se preparando para ser a polícia do mundo se enganaram. O país estava se preparando para ser líder e senhor absoluto do mundo, listando os últimos colocados em seu *ranking*, para que pudesse regulá-los e desregulá-los, associá-los à guerra, ou à paz, que decidissem travar com qualquer inimigo a qualquer hora. O governo dos EUA prática e simbolicamente assume o papel de promotor, juiz e policial do mundo e continua assumindo o papel de grande defensor dos ideais de Liberdade e de Bem. Mas também funciona como suporte de um grande número de governos e governantes, grupos de poder e de interesse. Os EUA criaram uma espécie de “Internacional” das oligarquias, burguesias e elites, que iria assegurar permanentemente a liberdade de mercado e a crença neoliberal.

A principal alternativa

A guerra mundial contra o terrorismo, declarada logo após o ataque suicida ao Pentágono e às torres gêmeas, foi prevista pelo Pentágono. Em 1988, uma comissão de especialistas publicou “um relatório muito importante sobre qual deveria ser a estratégia de longo prazo dos EUA” (GRAY, 1997, p.225). A comissão era composta por um antigo sub-secretário de Defesa, um analista militar que havia trabalhado para a Rand Corporation por anos e um ex-chefe da Otan. Outros membros informais incluídos eram Henry Kissinger, Zbigniew Brzezinski, Samuel Huntington e outros especialistas de alto nível. Algumas das principais conclusões alcançadas pela comissão foram:

1 A necessidade política de reconhecer “a crescente irrelevância da Otan ante o colapso do império soviético”.

2 A necessidade de reconhecer que a hegemonia dos EUA estava decaindo mais ainda do que a da antiga União Soviética. De acordo com a comissão, futuras guerras ocorreriam “num ambiente bem mais complicado que o da familiar disputa bipolar com a ex-URSS”. Mais de quarenta países foram equipados para a produção de armas avançadas, incluindo armas nucleares, químicas e biológicas, bem como sistemas de mísseis e equipamentos necessários para a sua utilização. Ao mesmo tempo, “uma enorme variedade de desafios [surgiriam] no Terceiro Mundo, requerendo forças altamente ágeis...” (GRAY, 1997, p.225-6).

3 Desde que a guerra fria com a União Soviética acabou, os “homens sábios” que escreveram o relatório determinaram que “conflitos de baixa intensidade” são uma forma de “guerra retraída”. Quando possível, essas ameaças deveriam ser resolvidas por “forças legítimas”, devidamente armadas, treinadas e financiadas, com armas de longo alcance e extrema precisão. Hables Gray (1997, p.226) chegou à seguinte conclusão: “Basicamente, o relatório é um pedido de relegitimação da guerra. Os conflitos de baixa intensidade serão reabilitados como ‘guerras retraídas’”.

A natureza global, cibernética, científica e robótica dessa guerra, planejada e conduzida com a ajuda de redes de informações de guerra interconectadas, falhou ao supor que a maioria dos campos de batalha seria no Terceiro Mundo, mesmo tratando-se de uma guerra global. E também não foi capaz de esconder o fato de que “guerreiros humanos” perdidos nos campos de batalha formariam parte de forças nativas paramilitares e não-convencionais, apoiadas pelo grande poder e seus aliados.

O que o relatório ignorou foi o fato de os conflitos de baixa intensidade serem uma nova forma de guerra colonial de classes. Esse tipo de conflito não é nem uma “guerra virtual” nem uma ultrapassada luta de classes, mas sim uma guerra colonial e de classes combinada a uma guerra total declarada às nações e pessoas que defendem sua soberania e autonomia, sua riqueza, seu combustível e seus lucros e que sofrem marginalização, exclusão, exploração e discriminação. É também uma guerra contra os governos e Estados que se recusam a aceitar a dominação e apropriação de territórios e riquezas feitas pelo império global e que não se comprometem com a repressão e a exploração de seu povo e dos trabalhadores. É uma guerra colonial atual (pós-colonial) e uma luta de classes pós-moderna na qual o império (de 8, 7, 3, ou 1) submete mercados, governantes, pessoas e trabalhadores ao mesmo tempo em que dialoga e negocia com eles, de forma que os transforma em colaboradores de sua própria submissão. Submissão esta que não será apenas a consequência da violência imposta pelo império, mas também o resultado de um acordo, de um contrato, em que “homens livres” e “povos livres” farão uma “escolha racional” para negociar sua rendição como cidadãos, trabalhadores, pessoas, firmas ou governos.

O império global apóia todos os regimes autoritários que por sua vez o apóiam, seja pela Bíblia seja pelo Alcorão, e estes sabem que terão que arcar com as consequências caso se recusem a fazê-lo. Além disso, o império global vem mostrando cada vez mais que “guerra de baixa intensidade” é a forma assumida pela guerra de dominação e de apropriação, uma guerra colonial e de classes empreendida em pleno século XXI pelos grandes complexos militares e econômicos e seus associados das oligarquias, elites e burguesias do centro e da periferia. É um projeto hierárquico, compartilhado entre estes, de dominação e acumulação.

A legitimidade da “guerra de baixa intensidade” não é mais fundamentada na vaga definição dos inimigos como comunistas ou na duvidosa justificativa das ações conjuntas com militares do Terceiro Mundo para a perseguição de traficantes de drogas. A nova legitimação da guerra está fundamentada numa forma de terrorismo definida pelo soberano como uma representação do Bem contra o Mal... Numa memorável cerimônia laico-religiosa no Congresso, o presidente Bush autorizou o império global e seus associados a identificar todos aqueles tidos como agentes de “subversão” da ordem estabelecida, qualificando-os como terroristas. A única violência ética e sagrada é aquela do Estado hegemônico e de seus parceiros e agentes. Qualquer Estado terrorista ou indivíduo que siga a liderança dos EUA não é considerado um “terro-

rista”, mas um “combatente da liberdade”. Quanto às lutas legais por justiça social, democracia e liberdade, estas são reduzidas a campos cada vez mais restritos, não apenas pelas limitações aos direitos civis, impostas por “razões de segurança” e de defesa da liberdade, mas também porque a liberalização e a perda dos direitos sociais das pessoas, trabalhadores e cidadãos permanecerão.

O documento *Tendências globais 2015. Um diálogo sobre o futuro com profissionais não-governamentais* foi publicado pelo Conselho Nacional da Inteligência (2000-2002). Seus autores prevêem um mundo onde os EUA serão “os dirigentes centrais do sistema internacional e os maiores beneficiados por ele”. O relatório considera abertamente que “a principal prioridade do setor privado norte-americano, que será um grande responsável pela manutenção dos EUA na liderança econômica e tecnológica, será a rentabilidade financeira e não a política externa” (GLOBAL TRENDS..., 2000). Um prognóstico dos ganhos financeiros no meio de um mundo “caótico” não muda em nada as políticas ávidas por lucro. A globalização irá continuar apoiando o presente modelo de acumulação, com pequenas mudanças em investimentos e “dramáticas” mudanças em governos, designadas a aumentar a segurança e o poder dos EUA e de seus aliados.

A redefinição das forças dominantes pede uma redefinição das alternativas. A nova guerra, empreendida por Washington e seus numerosos aliados, retarda a luta pela democracia, pela libertação e pelo socialismo. Ela legitima o terrorismo de Estado e traz de volta a caça às bruxas da época da guerra fria, com toda a arbitrariedade que isso implica. Além disso, invalida grande parte das leis internacionais e dos direitos nacionais, tanto na prática quanto formalmente, e define quem são os culpados: os que se recusam a se submeter ao império, entre as classes mais altas, e aqueles, das classes mais baixas, que continuam lutando por seus direitos, nos termos da lei. A nova guerra também reforça suas próprias posições com “referências defensivas e ofensivas” altamente verticais e disciplinadas. E, ainda, militariza mentes e culturas, valendo-se desde variáveis pragmáticas a excêntricos defensores da Liberdade e de Deus.

A “guerra entre o Bem e o Mal” compele a luta dos movimentos alternativos por um mundo mais livre e justo a uma escolha entre a submissão e a rebelião. Esses movimentos são obrigados a usar diferentes níveis de violência desde “desobediência civil” à “defesa armada” até a “rebelião”, incluindo ou não ações terroristas. Dentro de um contexto de críticas com as quais não se lida, entre reformas sociais que são rejeita-

das e acordos que não são cumpridos, o sistema encoraja uma forma de oposição que não interfere em sua política neoliberal de dominação e apropriação. Ao mesmo tempo, o sistema dominante se torna cada vez mais aspirante ao uso de todo tipo de coerção contra aqueles que se opõem ao que é ditado pelo Banco Mundial, pelo FMI e pelas organizações político-financeiras a serviço da globalização neoliberal. Depois de Seattle (novembro de 1999) e, principalmente, depois de 11 de setembro de 2001, esse sistema contra-ataca com a "possível emergência do que pode ser chamado de guerra descentralizada e progressiva de escala global" e reforça "sua direção voltada para cimentar um comércio supranacional e um regime de investimentos que intensifica o poder das nações mais fortemente industrializadas e das corporações transnacionais" (MARAIS, 2000). A guerra de baixa intensidade se tornou uma complexa guerra colonial e de classes, na qual o sistema dominante determina seu triunfo, pela redefinição do mundo por meio da repressão e da negociação.

A partir do momento em que todas as opções originais para uma política alternativa ao neoliberalismo global fracassam, as novas e velhas alternativas anti-sistêmicas são postas em xeque. Ultimamente, a negligência do pensamento crítico e o alinhamento dos partidos políticos ao neoliberalismo e às "reformas", que são tanto liberalizantes quanto contra-reformas, levam à crescente abstenção e ao conformismo, mas também ao ressurgimento da clássica escolha entre "reforma ou revolução". Ainda assim, outra alternativa surge: a criação de novas relações sociais sem pensar em termos reformistas ou insurrecionais. O objetivo é pensar nos termos de uma nova "revolução", que procure ser predominantemente política e ética, a única maneira de triunfar numa guerra mundial de baixa intensidade.

Os movimentos sociais do início do século XXI viram o surgimento de pelo menos três novas teses que redefinem a história mundial dos movimentos alternativos. Todas elas vêm sendo construídas desde 1968, o ano fértil em que nasceu uma nova revolução, "cheia de esperança, tal como de descontentamento".³

A *primeira tese* consiste em propor a criação de novas relações sociais na sociedade civil e nas unidades da sociedade política que tentam impor, pela lei ou de fato, um sistema de autonomia de governo, cultura e economia. Não significa que essa proposta vise à criação de

³ O significado histórico de 1968 e seu legado para os movimentos anti-sistêmicos contemporâneos são analisados mais atentamente em Arrighi, Hopkins & Wallerstein (1998).

“ilhas de bem-estar”, “cooperativas de produção e consumo” ou “firmas que se autogovernam”, mas sim a formação de redes sociais e unidades autônomas que, pelo treinamento de trabalhadores e cidadãos, obteriam planos populares de governo e de administração da riqueza e do lucro, criando assim um mundo alternativo. Experiências clássicas de autonomia e autogoverno não existem apenas em comunidades e organizações, mas em cenários em que essas comunidades e organizações são articuladas.

A *segunda tese* consiste na luta pela reforma e pela construção de novas relações sociais, combinada a ações defensivas armadas, às quais as nações deveriam aderir. Ao mesmo tempo, essa proposta crê ser necessário rejeitar qualquer tentativa de centralizar as variadas posições. De acordo com a experiência dos movimentos anti-sistêmicos, alianças devem ser fundamentadas na maneira de pensar e agir dos diferentes grupos, e mesmo que um caminho particular seja escolhido, os outros devem ser respeitados. É, geralmente, permitido a cada ator coletivo envolvido na libertação reter suas responsabilidades políticas e morais. O fato de a *combinação* ser predominante à *disjunção* não impedirá os novos movimentos de tentar garantir a hegemonia da criação pacífica das novas alternativas anti-sistêmicas. A luta por soluções pacíficas deveria, inclusive, ser liderada por aqueles que são obrigados a estabelecer sistemas de defesa pessoal contra a violência causada pelos conflitos de baixa intensidade.

A *terceira tese* consiste na luta por uma democracia pluralista pelo poder do povo. A natureza participativa e representativa desse tipo de democracia a distingue das alternativas anteriores. O encorajamento do pluralismo ideológico enriquece o legado humanitário do liberalismo, da democracia, do socialismo, do comunismo, da libertação nacional, da Teologia da Libertação, da New Left de 1968, e do pensamento crítico marxista e libertário em geral. Propõe-se uma alternativa que inclui os elementos ideológicos e culturais de um projeto socialista universal no meio de um projeto democrático.

Os movimentos sociais que tendem a se tornar anti-sistêmicos já são anticapitalistas, mesmo que dêem prioridade ao projeto democrático-pluralista como um meio de conceber a transição para o socialismo e mesmo de conceber o próprio socialismo. Esses movimentos dão prioridade à construção de uma democracia pelo poder do povo e pelo pluralismo. O propósito de construir uma democracia plural feita pelo poder do povo, dos trabalhadores e dos cidadãos, combina muito mais forças do que o objetivo socialista. Mais ainda, esse é o único meio de construir, como “inteligência lateral”, uma forma genuína de socialismo, indo

do nível local ao global. A democracia irá liderar a prática dos novos valores no âmbito das relações sociais de produção e distribuição. Os orçamentos participativos realizados por alguns governos locais no Brasil são um exemplo disso. Há muitos outros no mundo. Paradoxalmente, o caminho que leva à democracia hoje faz uma ligação entre dois termos que eram superficialmente vistos como opostos durante o longo período da guerra fria: democracia e socialismo. O combate bem-sucedido dos conflitos de baixa intensidade, o que inclui repressão e diálogo, negociação e admissão, exige um reconhecimento da importância pedagógica e estrutural da moralidade política para a construção do poder, de forma a ser possível enfrentar o duplo poder do Estado e do mercado, da repressão e da negociação, na consciência das pessoas.

Enfrentar uma “guerra mundial de baixa intensidade” também envolverá a prioridade na luta pelos direitos políticos, sociais, culturais e econômicos, indo do nível local ao mundial, passando pelo nacional. Essa luta acarretará em um novo tipo de participação dos cidadãos, dos trabalhadores e do povo. Dentro dessa perspectiva, uma democracia pluralista, construída pelo poder do povo, prevalecerá ante qualquer projeto que vise à construção do socialismo sem a prática democrática. A lógica da democracia pluralística se tornará uma prioridade sobre a patética lógica do socialismo sem democracia e da lógica militar de “segurança”. Nesse sentido, a principal alternativa anti-sistêmica continuará sendo um processo eminentemente político, pedagógico e moral. Por mais incerto que seja, este é o único projeto que poderá capacitar as nações para vencer a guerra de baixa intensidade e construir o poder do socialismo universal, baseado numa forma de poder mundial democrática e pluralista.

Todos esses resultados estão sujeitos a pressões crescentes. Como é de esperar, o clima de guerra representa um sério obstáculo às liberdades civis, à liberdade de expressão e às lutas políticas e sociais pacíficas. Os frutos de um novo projeto democrático podem se revelar ilusórios no período histórico em que estamos adentrando. De acordo com Wallerstein, neste período “a violência diária no sistema mundial irá aumentar”. A construção de uma alternativa anti-sistêmica sofrerá “os atuais processos do sistema mundial existente” (WALLERSTEIN, 2000, p.264-5). O artigo da CIA no relatório *Tendências globais 2015. Um diálogo sobre o futuro com profissionais não-governamentais* prevê um degrau crescente entre os padrões de vida no mundo. E também antecipa “cálculos cada vez mais comerciais, e não mais relativos à segurança, na difusão de armas e tecnologias militares”. Conseqüentemente, o artigo diz que essa proliferação tenderá a incitar uma reversão a um

conflito prolongado de baixa intensidade por outros meios: intimidação, subversão, terrorismo, proclamações e "operações de guerrilha". Em um cenário geral, conflitos internos, "exploração de divisões comuns", assim como "conflitos urbanos", serão típicos (GLOBAL TRENDS..., 2000-2002, p.58-9).

Guerras informais irão pressionar consideravelmente essa sociedade em transição, tentando construir novas relações sociais, governamentais e econômicas. Como sempre, alguns grupos anti-sistêmicos reproduzirão parte das estruturas sistêmicas de dominação e acumulação. Construir democracias pluralistas e poderosas será mais difícil. Será necessário, contudo, superar as pressões adversárias, assim como as possíveis inclinações autoritárias ou gananciosas dos partidários do movimento. Em um ambiente de amplas políticas e tecnologias de guerra, elementos não-materiais centrados em valores democráticos e igualitários terão sua importância elevada. A prática geral e eficiente desses valores será, na verdade, a responsável pela transição.

CASANOVA, P. G. Current systemic trends and antisystemic movements. *Perspectivas*, São Paulo, v.24-25, p.13-29, 2001-2002.

- *ABSTRACT: The article tries to think about the neoliberalism and the American hegemony as elements of a systemic trend that, after the attacks of 11th September intends redefined the international order starting from the perspective of a total war against terrorism. For the author, such strategic definition is causing strong impact in all social movements that try to question the contemporary economic order, since the logic adopted by the USA comes considering them, indiscriminately, as allies of the terrorism. The article also shows the changes that antisystemic movements are passing through in the new century.*
- *KEYWORDS: Neoliberalism; systemic trends; antisystemic movement; democracy; socialism.*

Referências bibliográficas

ALBERTANI, C. Paint it Black. Blocchi Néri, Tute Bianche e zapatisti nel movimento contro la globalizzazione. *Collegamenti-wobbly*, Pisa, nueva série n.1, enero 2002.

ARRIGHI, G.; HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. *Antisystemic movements*. London: Verso, 1989.

- CASON, J.; BROOKS, D. Entrevista con Noam Chomsky. *La Jornada*, México, 15 set. 2001.
- CHANDRA, N. K. *Can Russia Survive the IMF Medicine?* Working Paper Series. Calcuta: Indian Institute of Management, Apr. 2001.
- CHOSSUDOVSKY, M. Las pistas de Osamagate. *La Jornada*, México, 14 out. 2001a.
- _____. The Role of Pakistan's Military Intelligence Agency (ISI) in the september 11 Attacks. Montreal: Center for Research on Globalisation, disponível em: <<http://globalresearch.ca/articles/CHO111.html>>. Acesso em nov. 2001b.
- CRONOLOGÍA INTERNACIONAL DEL MOVIMIENTO ANTIMUNDIALIZACIÓN. Observatorio Social de América Latina. *Clacso*, Buenos Aires, v.3, p.39-44, jan. 2001.
- DOCUMENTOS DEL CONFLICTO. Observatório Social de América Latina. *Clacso*, Buenos Aires, v.3, p.45-64, jan. 2001.
- GLOBAL TRENDS 2015. A DIALOGUE ABOUT THE FUTURE WITH NONGOVERNMENT EXPERTS. Washington, D.C.: National Intelligence Council, 2000-2002.
- GRAY, C. H. *Postmodern War: The New Politics for Conflict*. New York: Glifford, 1997.
- HOUTART, F.; POLET, F. (Coord.) El outro Davos, globalización de resistencias y de luchas. México: Plaza y Valdés, 2000.
- MARAIS, H. Sleepless in Seattle: winter 2000. Disponível em: <<http://www.alternativesaction.org/fma>>.
- NAVARRO, V. Las elecciones del año en EEUU. *Sistema*, México, n.161, p.3-19, mayo 2001.
- PRIMEIRO ENCONTRO PELA HUMANIDADE E CONTRA O NEOLIBERALISMO. Observatório Social de América Latina. *Clacso*, Buenos Aires, v.3, p.45-64, jan. 2001.
- ROY, A. The algebra of infinite justice. *The Guardian*, London, 29 sept. 2001.
- SADER, E. Antes e depois de Seattle. Observatório Social de América Latina. *Clacso*, Buenos Aires, v.3, p.5-8, jan. 2001.
- SEOANE, J.; TADDEI, E. (Ed.) *Resistencias mundiales: de Seattle a Porto Alegre*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- THOMAS, J. *The Battle in Seattle: The Stories Behind and Beyond the WTO Demonstrations*. Golden-Colorado: Fulcrum Publishing, 2000.
- VAN CREVELD, M. *The Transformation of War*. New York: The Free Press, 1991.
- WALLERSTEIN, I. Globalization or the age of transition? a long term view of the trajectory of the world-system. *International Sociology*, London, v.15, n.2, p. 249-65, Jun. 2000.